

O GÊNERO AINDA PODE MUITO EM TERMOS
CONCEITUAIS E POLÍTICOS? APRESENTAÇÃO DO
DOSSIÊ “GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E
HISTÓRIA”

CAN GENDER STILL DO A LOT IN CONCEPTUAL
AND POLITICAL TERMS? PRESENTATION OF THE
DOSSIER “GENDER, POWER RELATIONS AND
HISTORY”

ALESSANDRO CERQUEIRA BASTOS¹
(Universidade Federal da Bahia)

MARCELO PEREIRA LIMA²
(Universidade Federal da Bahia)

Nas últimas décadas, a história das relações de gênero, ou história de gênero, tem demonstrado um profundo amadurecimento intelectual. Prova disso são as diversas publicações de trabalhos acadêmicos e a sofisticação com que as questões vêm sendo enfrentadas por pesquisas realizadas nas universidades brasileiras. Desde a publicação, em meados da década de 1990, do artigo seminal *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, da historiadora Joan W. Scott, o campo de estudos tem se reinventado. Inicialmente marginalizados no *mainstream* acadêmico, os estudos de gênero, nas últimas décadas, não apenas se consolidaram, mas também passaram a fazer parte da canonização de certas autorias. No entanto,

¹ E-mail: alessbastos1997@gmail.com

² E-mail: inperpetuum@uol.com.br; marcelopl@ufba.br

numerosos críticos(as) têm questionado os pressupostos epistemológicos sobre os quais se baseou uma quantidade significativa de trabalhos produzidos até então. De um lado, reacionários alegam que os estudos de gênero constituem uma “ideologia de gênero”, promovendo mudanças de sexo e sexualidade, pondo em risco, portanto, a família heterossexual enquanto a única maneira possível de arranjo social e político.

De outro lado, há vozes críticas situadas desde o campo progressista que têm destacado as transformações sociais e teóricas da historiografia, tão almejadas por Scott e outras historiadoras feministas. Talvez, quando se olha mais amplamente, elas não tenham ocorrido integralmente. Isso ocorre porque, no âmbito das disputas acadêmicas, muitos historiadores e historiadoras têm reproduzido processos intelectuais de dominação. Em resposta às diversas preocupações contemporâneas, oriundas de diferentes perspectivas, que, sem dúvida, não se equivalem em termos políticos e morais, historiadores e historiadoras têm voltado seu olhar para os materiais do passado, uns mais remotos que outros, para formular perguntas iluminadas pela lente de gênero. Dessa forma, reafirma-se coletivamente o compromisso político com essa categoria analítica, defendendo sua utilidade e plausibilidade para subsidiar práticas políticas e intelectuais em nossa sociedade.

De uma forma ou de outra, é mais ou menos evidente que os Estudos de Gênero e seus diálogos complementares e tensos com outras áreas, domínios e campos afins, têm gerado discordâncias epistemológicas sobre a forma como se concebe o conhecimento, a característica dele em sua variedade e quem seriam os sujeitos produtores de saberes científicos ou não. Mas é recorrente a problematização cada vez mais (auto) consciente do androcentrismo epistêmico, associado aos sujeitos ocidentais, brancos, adultos, masculinos, heterossexuais e elitistas. Isso tem sido acompanhado por um interesse renovado de (des)construção complexa, variável, descolonizada e histórica dos sujeitos não ocidentais, não brancos, não adultos, femininos, com sexualidades dissidentes e populares. A diretrizes de gênero, como fenômeno e como cosmo-percepção historiográfica (para usar uma expressão de Oyèrónké Oyèwùmí.), têm colocado no centro das atenções a necessidade de se incluir outros marcadores

sociais, os aspectos econômico-materiais e espaciais, as sexualidades e as relações de poder, assim como as questões étnico-raciais, jurídico-institucionais, culturais, religiosas etc., tanto em trajetórias individuais como coletivas.

Como e por que o conceito de gênero pode ser útil para analisar cenários tão distintos como as sociedades baianas do século XIX e as culturas do Medieval Ibérico? De que maneira o gênero se entrelaça com outras dimensões do poder, e como ele se combina com outras variáveis, modificando-as ou sobrepondo-se a elas? O gênero ainda explica alguma coisa? Com essas questões em mente, este dossiê foi produzido de modo a reunir pesquisadoras e pesquisadores que, apesar das divergências teóricas e metodológicas internas, e das diferentes filiações institucionais e acadêmicas, mantêm como ponto de conexão a postura de que o gênero ainda pode muito em termos conceituais e políticos. Abarcados sob o rótulo amplo de *história de gênero* ou *história das relações de gênero*, os artigos aqui reunidos discutem objetos bem delimitados, circunscritos em contextos distintos e inseridos em múltiplas temporalidades: Bahia Republicana ou Oitocentista, Brasil Contemporâneo, Tempo Presente ou Medieval Ibérico. Aqui e acolá, o gênero serve para realizar perguntas complexas, relativas e sempre relacionais às diferentes fontes históricas. Essa diversidade de fontes exige o uso de múltiplas ferramentas e instrumentos: abordagens da história cultural, interfaces entre a história social das mulheres e análises de discursos, entre outros enfoques ou domínios. Desse modo, o ecletismo teórico e conceitual adotado pelos trabalhos deste dossiê não é sinônimo de fragilidade ou falta de rigor metodológico. Muito pelo contrário! Os artigos aqui reunidos ilustram as inovações historiográficas ocorridas nas últimas décadas nos planos nacionais e internacionais, advindos da incorporação de aportes temáticos e conceituais de outras áreas do conhecimento, como Linguística, Crítica Literária, Antropologia e Sociologia e da interlocução nem sempre tranquila entre os vários feminismos e a academia.

No artigo "*(Des)construindo o gênero nas peregrinações e no culto a Santiago de Compostela*", Alan Rebouças Pereira utiliza o "*Liber Sancti Jacobi*", conhecido como "Guia do Peregrino", para discutir as noções de gênero, incluindo homem,

mulher, feminino e masculino, no contexto das peregrinações do século XII no Medievo Ibérico. Através da análise dos discursos textuais presentes nessa documentação, Pereira avalia a aplicabilidade das noções de gênero em contextos históricos não-modernos e para realidades históricas que extrapolam os marcos de recortes tradicionalmente associados à Europa Medieval. Inserindo-se num contexto intelectual mais amplo, esse artigo dialoga com a produção acadêmica brasileira, que nos últimos anos tem investigado contextos medievais em nada devendo à bibliografia estrangeira, cuja tradição de pesquisa é bem anterior em relação à brasileira.

A vitalidade das relações entre gênero e medievo também está presente no artigo intitulado "*Os milagres de Santiago a partir de uma análise de gênero*". Nele, O "*Liber Sancti Jacobi*" é também utilizado como fonte documental pelas historiadoras Carolina Coelho Fortes e Andréia Cristina Lopes Frazão. Contudo, a análise recai precisamente sobre uma parte específica dessa vasta documentação, "*De miraculi sancti Jacobi*", ou "Milagres de Santiago", na tradução para o português. As autoras demonstram que os discursos veiculados pela documentação atuam no sentido de realizar uma "genderização" de São Tiago, cuja imagem masculina e forte se confunde, ao longo do tempo, com a representação de poder que a igreja de Compostela produz para si mesma, expressando as políticas de gênero no movimento da história.

Voltando-se para a Bahia do século XIX, a historiadora Andréa Barbosa nos apresenta o artigo "*As narrativas sobre o corpo feminino e as teses doutorais de medicina na Bahia*". Nesse estudo, a autora problematiza as representações do corpo feminino produzidas pelos médicos baianos do oitocentos, utilizando documentação obtida a partir da digitalização de numerosas teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia. Influenciados pela literatura europeia da época, esses doutores demonstravam uma crescente preocupação com o controle da reprodução feminina, evidenciada pelas numerosas teses e publicações sobre parto, procriação, aleitamento e primeira infância. Sem distinções claras entre saberes médicos e controle social e moral, esses médicos buscavam disciplinar a sociedade, principalmente através do controle sobre o corpo

feminino, legitimado por discursos autorizados pela ciência da época. Para Barbosa, essa preocupação reflete uma busca por máxima eficiência no processo reprodutivo, alinhando-se, portanto, ao projeto capitalista mais amplo em vias de consolidação na sociedade baiana e brasileira daquele período histórico.

O artigo "*Chicão e Coqueiro Macho: (Sub)vertendo as Masculinidades*", da historiadora Adriana Albert, utiliza a Bahia do século XX como pano de fundo para discutir a construção de masculinidades femininas ou feminilidades masculinas entre os segmentos populares de Salvador. Com base em uma vasta gama de documentações, desde jornais até processos criminais, a historiadora rastreia vestígios de formas dissidentes de gênero que, aos olhos dos contemporâneos, pareciam desafiar as normas hegemônicas, ao mesmo tempo em que evidenciavam as outras possibilidades de vivência do gênero e da sexualidade para além dos binários impostos pela linguagem jurídica e médica da época. Para isso, Albert revisita tanto documentações conhecidas quanto inéditas, com o objetivo de repensar (ou até subverter) interpretações históricas consolidadas sobre a sociedade baiana. Sem romper totalmente com a história social, da qual ela própria é uma representante, a historiadora propõe novas leituras não heteronormativas para processos históricos considerados já totalmente explicados, como a consolidação da ordem republicana na Bahia.

Os historiadores Paulo Maurício do Nascimento, Washington Santos Nascimento e Francisco Gouvea de Sousa apresentam uma contribuição que ilustra como a história de personagens e trajetórias pode se entrelaçar com os estudos de gênero. No artigo "*A Magnanimidade de uma Formiga: História e Trajetória da Mãe de Santo Marilene de Oxum – Magé (RJ)*", os autores discutem a vida de Marilene de Oxum, uma mãe de santo da cidade de Magé, no Rio de Janeiro. Por meio de sua trajetória, eles investigam a construção histórica de diferenças e identidades baseadas em gênero, raça, religião e ancestralidade, utilizando as perspectivas da História do Tempo Presente e da História Oral. O caso de Marilene de Oxum, como costuma ocorrer com exemplos particulares, indica processos mais amplos de dominação social, ao mesmo tempo que revela o

empoderamento de figuras femininas dotadas de poderes mágicos e simbólicos em comunidades marginalizadas, como as dos adeptos dos candomblés. Ao subverter ou reconfigurar as normas hegemônicas da sociedade cristã dominante, Marilene de Oxum expressa seus micropoderes de forma significativa.

Em “*Carne, Pedra e Comércio Sexual: A Formação da Zona do Meretrício (1955) de Caxias do Sul (RS) Através do Jornal Pioneiro*”, André Luiz Paz analisa a formação da Zona do Meretrício em Caxias do Sul (RS) em 1955, com foco na prática discursiva do jornal *Pioneiro* (1948). Em diálogo com trabalhos dedicados à normatização do espaço urbano e à moralização das práticas sexuais, o autor examina o modo como as políticas de segregação espacial contribuíram para a constituição da região central e das periferias da cidade. Paz revela como essas políticas moldaram o ambiente urbano, produzindo uma certa espacialidade ou cartografia, segundo os termos do autor, para a prática da prostituição nos anos 1940 no Sul do Brasil. Eis o dilema das tentativas malsucedidas de controle da prostituição: sob pressão de diversos setores, a prática foi isolada em uma área específica na margem da BR 116, distante o suficiente da zona urbana central, mas aglomerada para facilitar a vigilância e o controle.

Por fim, mas não menos importante, esse dossiê conta com uma resenha crítica do livro intitulado “*Ensaio feminista sobre o sujeito universal*”, escrito por Géssica Guimarães. A resenha foi elaborada pelas autoras Júlia Reis Couto e Julyana Pereira da Silva. Publicado em 2022 pela editora EDUERJ, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o livro discute os padrões identitários considerados universais, dominantes, hegemônicos e excludentes, e defende, no lugar de uma história única, a possibilidade de múltiplas histórias em defesa de uma multiplicidade de sujeitos.

Espera-se que esse dossiê possa contribuir significativamente para a construção do pensamento (auto)crítico, renovando assim as (des)conexões interdisciplinares do campo da História com os Estudos de Gênero, a História das Masculinidades e a História Social das Mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 27-68.

SCOTT, Joan Wallach. El género: una categoria útil para el análisis histórico. In: _____. **Género e história**. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008, p. 48-76.